



Superior Tribunal de Justiça

PORTARIA N. 389, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário de 29 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Publica, na forma do anexo I, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2017, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Publica a Consolidação da Republicação dos Relatórios de Gestão Fiscal desde o 2º quadrimestre de 2015 até o segundo quadrimestre de 2017, conforme anexo II.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)			
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL	
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.022.979.532,73	5.626.814,64	1.028.606.347,37	
Pessoal Ativo	690.729.182,78	5.321.562,55	696.050.745,33	
Pessoal Inativo e Pensionistas	332.250.349,95	305.252,09	332.555.602,04	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	257.336.009,99	97.162,76	257.433.172,75	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial	670.436,43	0,00	670.436,43	
Despesas de Exercícios Anteriores	4.198.589,52	97.162,76	4.295.752,28	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	252.466.984,04	0,00	252.466.984,04	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	765.643.522,74	5.529.651,88	771.173.174,62	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			730.531.081.386,06	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,104806%	0,000757%	0,105563%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,223809%		1.634.994.307,94	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,212619%		1.553.244.592,54	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,201428%		1.471.494.877,15	

FONTE: TESOUREIRO GERENCIAL e SIAFI OPERACIONAL, Secretaria de Orçamento e Finanças, 14/setembro/2017, 15hs.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

No 2º quadrimestre de 2017 foi cancelado RP de Ativo, 2016NE000018, no valor de R\$ 19,15 atendendo despacho do Processo SEI 000042/2016.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

Vide: [Retificação \(Anexo II\)](#) e [Portaria n. 419 de 11 de outubro de 2017\(Retificação = anexo II\)](#)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO \1

R\$ 1,00

	PERÍODO						
	2ºO/2015	3ºO/2015	1ºO/2016	2ºO/2016	3ºO/2016	1ºO/2017	2ºO/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	887.631.482,81	926.220.318,18	974.348.773,62	997.344.689,47	1.015.740.755,80	1.007.983.708,45	1.028.606.347,37
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	272.453.480,16	271.102.390,66	294.774.969,82	303.519.993,86	258.179.611,46	248.802.415,70	257.433.172,75
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	615.178.002,65	655.117.927,52	679.573.803,80	693.824.695,61	757.561.144,34	759.181.292,75	771.173.174,62
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	656.857.642.623,16	674.522.742.049,70	700.438.647.763,34	695.041.041.696,34	722.474.299.181,58	718.531.431.019,48	730.531.081.386,06
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,093655%	0,097123%	0,097021%	0,099825%	0,104856%	0,105657%	0,105563%
LRP, art. 20, incisos I, II e III (+)	0,224450%	0,224450%	0,224450%	0,224450%	0,224450%	0,224450%	0,224450%
Resol CNJ 5/2005	0,224300%	0,224300%	0,224300%	0,224300%	0,224300%	0,224300%	0,224300%
Resol CNJ 26/2006	0,224226%	0,224226%	0,224226%	0,224226%	0,224226%	0,224226%	0,224226%
Resol CNJ 177/2013	0,223809%	0,223809%	0,223809%	0,223809%	0,223809%	0,223809%	0,223809%
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \2							

\1 Publicado por determinação do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

\2 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

\3 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\4 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\5 RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017.

\6 A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R\$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado

Nota: (*) O percentual de 0,224450% foi extraído do Relatório de Gestão Fiscal do exercício de 2004 do Superior Tribunal de Justiça.

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES
Diretora-Geral

FABIANA BITTES VEYL
Secretária de Orçamento e Finanças

GEOVANI FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Auditoria Interna